

[Important note: The following convenience translation is based on a machine translation. It has been prepared for information purposes. The machine translation has not been reviewed by Allianz. We do not assume any liability, either expressly or tacitly, for the preciseness, completeness or correctness of the translation. In case of deviations between the original text and this translation, the original text will be binding.]

PLANO DE FUSÃO TRANSFRONTEIRIÇA

entre

NEOASISTENCIA MANOTERAS, S.L.U. SERVICIOS

COMPARTIDOS MULTIASISTENCIA, S.L.U.

GRUPO MULTIASISTENCIA, S.A.U.

MULTIASISTENCIA, S.A.U.

Entidades

transferidoras e

AP SOLUTIONS GMBH

Entidade recetora

9 de abril de 2025

Conteúdo

PREÂMBULO	4
1. Fusão de empresas (§ 307 (2) n.º 1 UmwG e artigos 4, 39, 40, 84 e 102 RDL 5/2023).....	6
2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO POR ABSORÇÃO	10
3. CALENDÁRIO INDICATIVO E EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO	10
4. SEM CONTRAPARTIDA; SEM AUDITORIA DA FUSÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DA FUSÃO	11
5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO	12
6. DATA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS DA FUSÃO; DATA DO BALANÇO DA FUSÃO; AVALIAÇÃO DE OS ACTIVOS E PASSIVOS TRANSFERIDOS	13
7. EFEITOS PREVISTOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NA CONCENTRAÇÃO (§ 307 (2) n.º 4 UmwG e artigo 4.1.7º RDL 5/2023).....	13
8. NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (§ 307 (2) n.º 10 UmwG e artigo 84 RDL 5/2023)	17
9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU DE VANTAGENS ESPECIAIS.....	18
10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA.....	18
11. COLATERAL OFERECIDO A CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 4.1.4 º RDL 5/2023).....	18
12. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL.....	19
13. REGIME FISCAL	19
14. DISPOSIÇÕES FINAIS.....	22

PROJECTO COMUM DE FUSÃO

TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE OS ABAIXO

ASSINADOS:

1. **NEOASISTENCIA MANOTERAS, S.L.U.** (doravante designada por "**NMAN**"), uma *sociedade anónima* espanhola (*sociedad de responsabilidad limitada*) constituída ao abrigo da legislação espanhola, com sede social em Madrid, Espanha, e sede social na Avenida de las Américas, 4, 28823 Coslada, Madrid, inscrita no Registo Comercial de Madrid sob a página M-431407, volume 24019, folha 80, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000279417881, e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B85017903,
2. **SERVICIOS COMPARTIDOS MULTIASISTENCIA, S.L.U.** (doravante designada por "**SCM**"), *sociedade anónima* espanhola (*sociedad de responsabilidad limitada*) constituída ao abrigo da legislação espanhola, com sede social em Madrid, Espanha, e sede social em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid, inscrita no Registo Comercial de Madrid sob a página M-502522, volume 27882, folha 18, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000285492786 e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B85944577,
3. **GRUPO MULTIASISTENCIA, S.A.U.** (doravante designada por "**GM**"), *sociedade anónima* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha, e domicílio social em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid, inscrita no Registo Comercial de Madrid sob o número M-341456, tomo 19457, folha 201, com o identificador único de registo da sociedade (IRUS) 1000271857564, e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) A83830802,
4. **MULTIASISTENCIA, S.A.U.** (doravante designada por "**Multiasistencia**"), *sociedade anónima* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha, e domicílio social em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid, inscrita no Registo Comercial de Madrid sob a folha M-229242, tomo 13985, folha 1, identificador único de inscrição da sociedade (IRUS) 1000262299368, e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) A82261553,

a seguir designadas por NMAN, SCM, GM e Multiasistencia, coletivamente por "**Entidades cedentes**" e cada uma delas por "**Entidade cedente**",

E

5. **AP SOLUTIONS GMBH**, uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão, com sede social em Munique, Alemanha, e com sede social em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha, registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695 e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) N0285975I,

a seguir designada por "**entidade recetora**".

As entidades cedentes e a entidade beneficiária são a seguir designadas coletivamente por "**Partes**" e cada uma separadamente por "**Parte**".

PREÂMBULO

- (A) Todos os membros de cada um dos órgãos de gestão das entidades cedentes e da entidade beneficiária tencionam fundir as entidades cedentes na entidade beneficiária através de uma fusão transfronteiriça intragrupo europeia por absorção (a "**fusão**").
- (B) A fusão faz parte de uma operação global destinada a reagrupar as empresas de serviços europeias do grupo Allianz Partners, a que pertencem as entidades cedentes e a entidade beneficiária, numa única entidade jurídica com sede na Alemanha que geriria as actividades de serviços locais através de sucursais. A Fusão baseia-se em razões de natureza estratégica, de gestão financeira, de organização interna, de simplificação administrativa e de melhoria da estrutura operacional e permitirá a simplificação da organização jurídica do grupo Allianz Partners.
- (C) A Entidade Recetora tem uma sucursal em Espanha, a AP Solutions GmbH, Sucursal en España, que está registada no Registo Comercial de Madrid (Espanha) sob a página M-811720, volume 46207, folha 152 e detém o número de identificação fiscal espanhol (NIF) W0286515B (a "**Sucursal Espanhola da Entidade Recetora**") e uma sucursal em França (AP Solutions GmbH, com dois centros de negócios em Saint-Ouen-Sur-Seine e Le Mans) (a "**Sucursal francesa da entidade recetora**") e, juntamente com a sucursal espanhola da entidade recetora, as "**Sucursais da entidade recetora**"). Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será fundida na Allianz Partners Deutschland GmbH, outra sociedade alemã de responsabilidade limitada do grupo Allianz Partners (a "**fusão subsequente**"). A Allianz Partners Deutschland GmbH tem também uma sucursal em Espanha, a Allianz Partners Deutschland GmbH, Sucursal en España, que está registada no Registo Comercial de Madrid (Espanha) sob a página M-842041, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000440010537 e detém o número de identificação fiscal espanhol (NIF) W0328067D (a "**APD Sucursal em Espanha**") e uma sucursal em França (Allianz Partners Deutschland GmbH, com dois centros de negócios em Saint-Ouen-Sur-Seine e Le Mans) (a "**APD Sucursal em França**") e, juntamente com a APD Sucursal em Espanha, "**Sucursais da APD**"). As partes têm como objetivo a conclusão da fusão e da fusão subsequente na mesma data, enquanto a fusão subsequente estará sujeita à condição prévia de que a fusão tenha sido concluída. Por conseguinte, as sucursais da APD continuarão a exercer as respectivas actividades exploradas pelas entidades cedentes após a conclusão da fusão e fusão subsequente. Se, contra a vontade das partes, houver um período intercalar entre a conclusão da fusão e a fusão subsequente, as sucursais da entidade beneficiária continuarão a exercer as actividades das entidades cedentes durante esse período intercalar. Deve notar-se, contudo, que a fusão subsequente é, do ponto de vista jurídico, uma fusão distinta da fusão.

- (D) Quando a fusão se tornar efectiva, os activos e passivos de cada uma das entidades cedentes serão atribuídos às respectivas sucursais da entidade beneficiária. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, estes activos e passivos serão então atribuídos às sucursais da APD relevantes. As actividades transferidas serão então geridas pela Allianz Partners Deutschland GmbH.
- (E) A Fusão é uma fusão intragrupo intraeuropeia transfronteiriça e está a ser realizada em conformidade com as disposições legais aplicáveis em Espanha e na República Federal da Alemanha em execução da Diretiva (UE) 2019/2121 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de novembro de 2019, que altera a Diretiva (UE) 2017/1132 no que diz respeito às conversões, fusões e cisões transfronteiriças. Em Espanha, a Fusão é implementada em conformidade com as disposições do Livro Um (Título I, Título II e Título III) do Real Decreto Lei 5/2023, de 28 de junho de 2023, que adota e prorroga determinadas medidas em resposta às consequências económicas e sociais da guerra na Ucrânia, apoiando a reconstrução da ilha de La Palma e outras situações de vulnerabilidade; transpondo as Diretivas da União Europeia relativas às modificações estruturais das sociedades comerciais e à conciliação da vida familiar e profissional dos pais e cuidadores; e implementando e cumprindo a legislação da União Europeia (o "**RDL 5/2023**"). Na República Federal da Alemanha, a fusão é efectuada em conformidade com as disposições da Parte I do Livro VI (artigos 305º a 318º) da lei alemã sobre a transformação ("**UmwG**").
- (F) Tanto a SCM como a entidade beneficiária são filiais a 100 % da Allianz Partners SAS, uma sociedade anónima francesa simplificada (*Société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo do direito francês, com sede social em Saint-Ouen-sur-Seine, França, e sede social em 7 rue Dora Maar 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 301 763 116 e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2502683B. A GM é uma filial direta a 100 % da SCM e, por conseguinte, uma filial indireta a 100 % da Allianz Partners SAS. A Multiasistencia é uma filial direta a 100 % da GM e, por conseguinte, uma filial indireta a 100 % da Allianz Partners SAS. A NMAN é uma filial direta a 100 % da entidade beneficiária. Por conseguinte, a fusão será aprovada por unanimidade pelo respetivo acionista único das partes e será aplicável o artigo 9.1 do RDL 5/2023.
- (G) Antes da conclusão da fusão, terá uma outra fusão intragrupo intra-europeia, em que a Multiasistencia, na qualidade de entidade beneficiária, absorverá a sua filial francesa detida a 100 %, a Multiassistance S.A., na qualidade de entidade cedente (a "**fusão anterior**"). A Multiasistencia está em vias de abrir uma sucursal em França, que, de qualquer modo, será estabelecida antes de a fusão prévia ser aprovada pelo acionista único da Multiasistencia, onde todos os activos e passivos da Multiassistance S.A. serão afectados após a conclusão da fusão prévia. Assim, a

a eficácia da fusão seguir-se-á à eficácia da fusão anterior. Deve , contudo, que a fusão anterior é juridicamente uma fusão distinta da fusão.

Todos os membros de cada um dos órgãos de gestão das Entidades transmitentes e da Entidade beneficiária acordam no seguinte projeto comum de fusão (o "**Projeto de fusão**"), que será sujeito à aprovação acionista único correspondente de cada uma das Partes.

É DE O SEGUINTE:

1. FUSÃO DE EMPRESAS (§ 307 (2) nº 1 UmwG e artigos 4, 39, 40, 84 e 102 RDL 5/2023)

1.1. Entidades transferidoras

- (i) A NMAN é uma *sociedade espanhola de responsabilidade limitada (sociedad de responsabilidad limitada)* constituída ao abrigo da legislação espanhola, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social situa-se na Avenida de las Américas, 4, 28823 Coslada, Madrid. A NMAN está inscrita no Registo Comercial de Madrid sob a página M-431407, volume 24019, folha 80, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000279417881, e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B85017903.

A NMAN é integralmente detida pela Entidade Recetora e o seu capital social está totalmente .

- (ii) A SCM é uma *sociedade anónima espanhola (sociedad de responsabilidad limitada)* constituída ao abrigo da legislação espanhola, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social situa-se em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A SCM está registada no Registo Comercial de Madrid sob a página M-502522, volume 27882, folha 18, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000285492786, e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B85944577.

A SCM é detida a 100% pela Allianz Partners SAS e o seu capital social está totalmente .

- (iii) A GM é uma *sociedade anónima* espanhola de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social situa-se na Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A GM está registada no Registo Comercial de Madrid sob a página M-341456, volume 19457 e folha 201, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000271857564 e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) A83830802.

A GM é detida a 100 % pela SCM e o seu capital social está totalmente realizado.

- (iv) A Multiasistencia é uma *sociedade anónima* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social está situada em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A Multiasistencia está registada na Junta Comercial de Madrid.

Registo de Madrid sob a folha M-229242, tomo 13985, folha 1, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000262299368 e titular do número de identificação fiscal espanhol (NIF) A82261553.

A Multiasistencia é detida a 100% pela GM e o seu capital social encontra-se totalmente . Do mesmo modo, declara-se que a Multiasistencia é o único acionista de:

- a) Sigma Reparaciones, S.L.U. (doravante designada por "**Sigma Reparaciones**"), uma *sociedade de responsabilidade limitada* de direito espanhol, com sede social em Madrid, Espanha. A sua sede social situa-se em Ronda De Poniente, 7, 28760 Tres Cantos, Madrid. A Sigma Reparaciones está inscrita no Registo Comercial de Madrid sob o número M-311568, tomo 18025, folha 81, identificador único de registo da empresa (IRUS) 1000269288910 e possui o número de identificação fiscal espanhol (NIF) B83411132.
- b) Multiassistance S.A. (a seguir designada "**Multiasistencia France**"), sociedade *anónima* francesa de direito francês, com sede social em 19, rue Emmy Noether, 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, inscrita no Registo Comercial de Bobigny sob o número 413 114 901 e titular do número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2500712A.

Além disso, em resultado da fusão prévia, a Multiasistencia France será absorvida pela Multiasistencia e todos os seus activos e passivos serão atribuídos à sucursal francesa da Multiasistencia. Por conseguinte, a Multiasistencia será o único acionista da PROMultiTRAVAUX S.A.S.U. (a seguir designada "**PROMultiTRAVAUX**"), uma sociedade anónima simplificada francesa (*société par actions simplifiée*) constituída ao abrigo da legislação francesa, com sede social em 19, rue Emmy Noether, 93400 Saint-Ouen-sur-Seine, França, registada no Registo Comercial e de Empresas de Bobigny sob o número 529 209 207 e com o número de identificação fiscal espanhol (NIF) N2500714G.

Em virtude do que precede, deve salientar-se que todas as acções da SCM são diretamente detidas pelo seu único acionista, a Allianz Partners SAS. A GM é uma filial direta a 100 % da SCM e, por conseguinte, uma filial indireta a 100 % da Allianz Partners SAS. A Multiasistencia é uma filial direta a 100 % da GM e, por conseguinte, uma filial indireta a 100 % da Allianz Partners SAS. A NMAN é uma filial direta a 100 % da entidade beneficiária. As entidades cedentes não emitiram quaisquer outras acções ou instrumentos financeiros.

1.2. Entidade recetora

A Entidade Recetora, AP Solutions GmbH, é uma sociedade de responsabilidade limitada (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*) constituída ao abrigo do direito alemão com sede social em Munique, Alemanha. A sua sede social é em Königinstraße 28, 80802 Munique, Alemanha. A Entidade Recetora está registada no Registo Comercial do Tribunal Local de Munique sob o número HRB 177695 e tem o número de identificação fiscal espanhol (NIF) N0285975I.

A Entidade Recetora tem um capital social de 824.739,00 euros, representado por 824.739 acções com um valor nominal de 1,00 euros cada. Todas as acções da Entidade Recetora são detidas diretamente pela Allianz Partners SAS, que é o único acionista da Entidade Recetora. A Entidade Recetora não emitiu quaisquer outros instrumentos financeiros para além das acções da Entidade Recetora.

1.3. Diagrama de grupo

A fim de clarificar a estrutura do grupo Allianz Partners no âmbito da fusão, são incluídos os seguintes gráficos a informativo: (i) gráfico que inclui a atual estrutura parcial do grupo Allianz Partners (Gráfico A.- Estrutura atual do grupo); (ii) gráfico da estrutura do grupo Allianz Partners após o registo da fusão anterior em Espanha (Gráfico B.- Estrutura do grupo após a conclusão da fusão anterior); e (iii) gráfico que inclui o âmbito da fusão, ou seja, as empresas diretamente envolvidas como partes na fusão (Gráfico C.- Âmbito da fusão):

Gráfico A.- Estrutura atual do grupo:

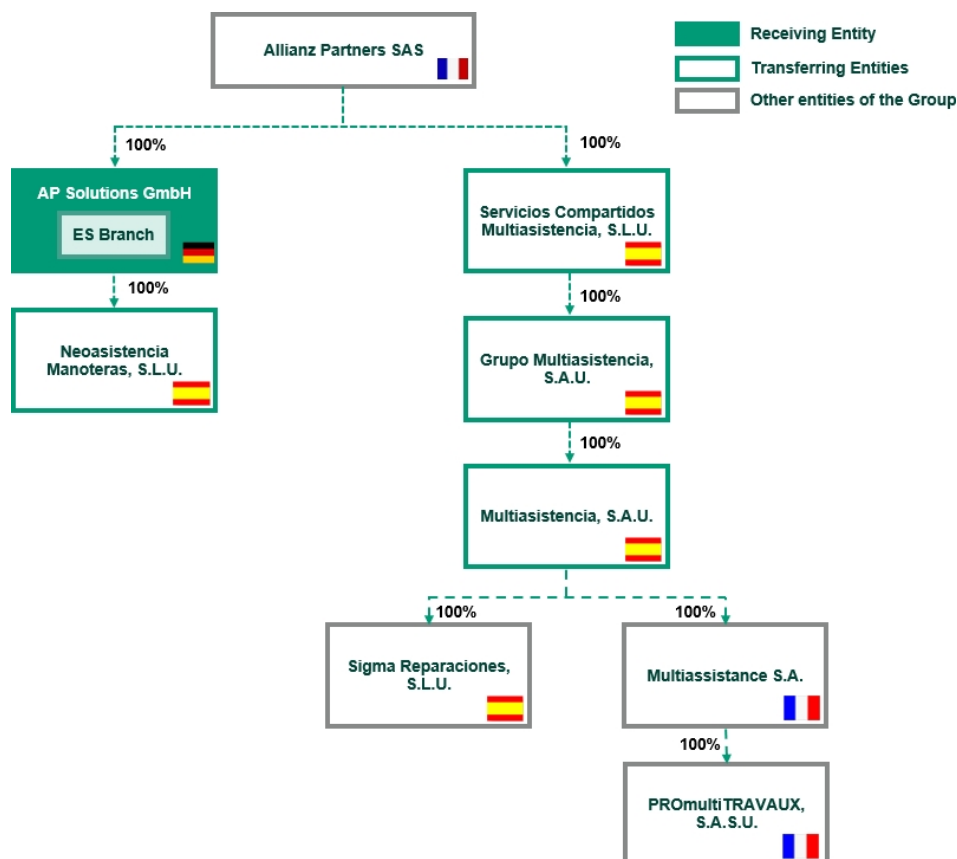


Gráfico B.- Estrutura do grupo após a conclusão da fusão anterior (para efeitos de informação):

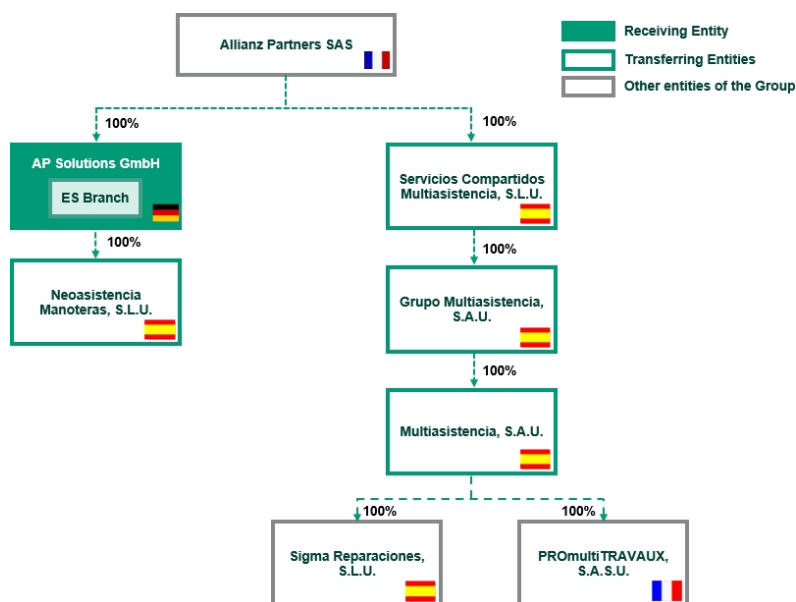
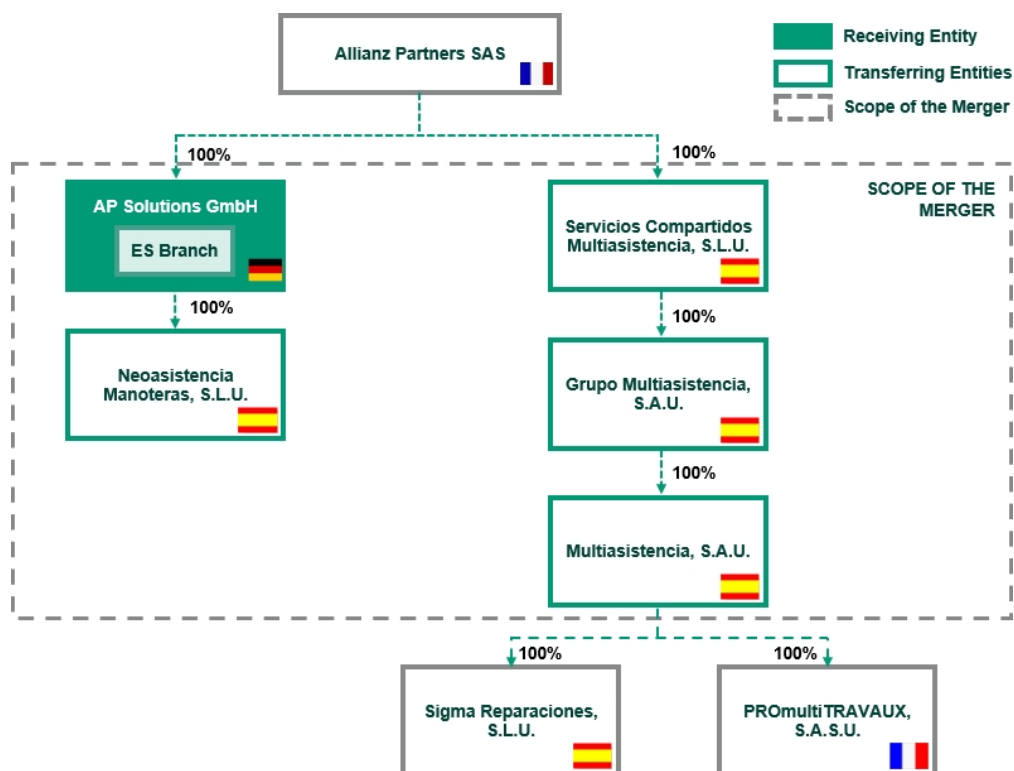


Gráfico C.- Âmbito da concentração (a Multiasistencia France será absorvida devido à concentração anterior, razão pela qual não foi incluída no âmbito da concentração):



2. TRANSFERÊNCIA DE ACTIVOS E PASSIVOS POR MEIO DE FUSÃO POR ABSORÇÃO

As entidades cedentes, enquanto entidades cedentes, são fundidas na entidade beneficiária, enquanto entidade beneficiária, através de uma fusão transfronteiriça intragrupo intra-europeia por absorção, nos termos do artigo 305.º, n.º 1, da UmwG, em conjugação com o artigo 2.º, n.º 1, da UmwG e do Livro Um (Título III) do RDL 5/2023. Com esta fusão, cada uma das entidades cedentes transfere todos os seus respectivos activos e passivos (no caso da Multiasistencia, incluindo a participação de 100% na Sigma Reparaciones e na PROMultiTRAVAUX e, dado que a fusão anterior será concluída antes da fusão, todos os activos e passivos da Multiasistencia France) como um todo, com todos os direitos e obrigações individuais, para a entidade beneficiária através da dissolução sem liquidação das entidades cedentes. Uma vez que cada entidade cedente é fundida individualmente na entidade beneficiária, não são estabelecidos quaisquer direitos ou obrigações legais entre as entidades cedentes em relação umas às outras em resultado da fusão (§ 20 (1) n.º 1 UmwG). Quando a fusão entrar em vigor, todos os activos e passivos (todos os activos e passivos) de cada uma das entidades cedentes serão transferidos para a entidade recetora por sucessão universal e serão atribuídos à sucursal espanhola da entidade recetora (incluindo a participação de 100% na Sigma Reparaciones), com exceção de todos os activos e passivos da Multiasistencia France (incluindo a participação de 100% na PROMultiTRAVAUX), que serão transferidos para a Multiasistencia e atribuídos à sucursal francesa da Multiasistencia aquando da Fusão Prévia e, em resultado da Fusão, serão transferidos para a Entidade Recetora e atribuídos à sucursal francesa da Entidade Recetora. As actividades anteriormente exercidas pelas entidades cedentes serão prosseguidas pela sucursal espanhola da entidade beneficiária e pela sucursal francesa da entidade beneficiária, respetivamente.

3. CALENDÁRIO INDICATIVO E EFICÁCIA DA OPERAÇÃO DE CONCENTRAÇÃO

- 3.1 Em conformidade com o artigo 4.1.2º do RDL 5/2023, a reorganização empresarial proposta é uma fusão transfronteiras intra-europeia intragrupo, tal como descrito na Secção 2 do presente projeto de fusão. Um calendário provisório e não vinculativo para a fusão é anexado ao plano de fusão como **Anexo 3**. Qualquer desvio em relação a este calendário indicativo não terá qualquer efeito sobre a eficácia do presente projeto de fusão e não dará origem a quaisquer direitos para qualquer das partes.
- 3.2 A fusão torna-se efectiva nos termos do artigo 305.º, n.º 1, em conjugação com o artigo 20.º, n.º 1, n.º 1, da UmwG, após a inscrição no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade recetora (a "**data de conclusão**"). Após a inscrição da fusão no registo comercial do tribunal local de Munique responsável pela entidade beneficiária, as entidades cedentes deixam de existir, os respectivos activos e passivos são transferidos para a entidade beneficiária como um todo sem liquidação e as suas acções são canceladas.

- 3.3 Na data de conclusão, a posse de todos os instrumentos de propriedade, acordos, certificados e outros documentos, registros, livros ou fichas relativos aos bens e direitos das entidades cedentes será transferida para a entidade beneficiária

4. **SEM CONTRAPARTIDA; SEM AUDITORIA DA FUSÃO; SEM RELATÓRIO DE AUDITORIA DA FUSÃO**

- 4.1 Tal como indicado no mapa do grupo (Secção 1.3 do presente projeto de fusão):

- (i) A Entidade Recetora detém 100% das acções da NMAN.
- (ii) A Allianz Partners SAS detém: (a) diretamente 100% das acções da entidade beneficiária e da SCM e (b) indiretamente 100% das acções das restantes entidades cedentes (através das participações da SCM, da GM e da entidade beneficiária).

Por conseguinte, uma vez que todas as partes são empresas detidas a 100%, direta ou indiretamente, pelo mesmo acionista único, não é necessário um aumento do capital social da entidade beneficiária através da emissão de novas acções para a realização da fusão e não terá lugar (artigo 307.º n.º 3, n.º 1, 2, a), b) e c) da UmwG e artigos 53.º, n.º 1, e 56.º, n.º 1, do RDL 5/2023 em relação ao artigo 53.º, n.º 1, terceiro, do RDL 5/2023).

- 4.2 Uma vez que a Entidade Beneficiária detém 100% das acções da NMAN e todas as acções da Entidade Beneficiária e das Entidades Cedentes são direta ou indiretamente detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS) e não são emitidas acções para o respetivo acionista único das Entidades Cedentes, em conformidade com o § 307 (3) n.º 1, 2 (a), (b) e (c) UmwG e os artigos 53.1 e 56.1 RDL 5/2023 em relação ao artigo 53.1.3º RDL 5/2023, este projeto de fusão não inclui quaisquer informações sobre uma relação de troca de acções (§ 307 (2) n.º 2 UmwG e artigo 40.3º RDL 5/2023), nem prevê uma transferência de novas acções na entidade beneficiária (§ 307 (2) n.º 3 UmwG e artigo 40.3º RDL 5/2023), uma participação nos lucros de novas acções (§ 307 (2) n.º 5 UmwG e artigo 40.5º RDL 5/2023) ou uma compensação em dinheiro (§ 307 (2) n.º 13 UmwG e artigos 4.1.6º e 40.3º RDL 5/2023), uma vez que não existem acionistas com direito a vender as suas acções.
- 4.3 Uma vez que a entidade beneficiária detém 100% das acções da NMAN e todas as acções da entidade beneficiária e das entidades cedentes são direta ou indiretamente detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS) e não são emitidas quaisquer acções para o respetivo acionista único das entidades cedentes, para efeitos da legislação alemã, não é exigida uma auditoria da fusão e um relatório de auditoria da fusão nos termos do § 8 (3) frase 1 e 3 n.º 1 (a) e (b) e n.º 2 UmwG em

em conjugação com os §§ 9 (2) e 12 (3) UmwG em conjugação com o § 311 (2) frase 1 e 2 em conjugação com o § 307 (3) nº 2 (b) e (c) UmwG.

- 4.4 Nos termos da legislação espanhola, o relatório de auditoria da fusão (*informe de experto independiente*) não é exigido nos termos (i) dos artigos 53.1 e 56.1 RDL 5/2023 em relação ao artigo 53.1.2º RDL 5/2023, uma vez que as Partes são direta ou indiretamente detidas a 100% pelo mesmo acionista (Allianz Partners SAS); (ii) dos artigos 6.7 e 103.1 RDL 5/2023, uma vez que o respetivo acionista único das Entidades Cedentes irá - na medida do legalmente exigido - renunciar ao relatório de auditoria de fusão sobre o Plano de Fusão referido nos artigos 6 e 41 RDL 5/2023 e artigos relacionados; e (iii) artigos 41.3 e 41.4 do RDL 5/2023, uma vez que o respetivo acionista único das Entidades cedentes renunciará - na medida do legalmente exigido - à primeira parte do relatório de auditoria da fusão referido no artigo 41.3 do RDL 5/2023 e a Entidade recetora não é uma *sociedad anónima* ou *sociedad comanditaria por acciones* (resultando na não aplicação da segunda parte do relatório de auditoria da fusão referido no artigo 41.3 do RDL 5/2023).

5. RELATÓRIO SOBRE A FUSÃO; RELATÓRIO EXPLICATIVO

- 5.1 Uma vez que a entidade beneficiária detém 100% das acções da NMAN e todas as acções da entidade beneficiária e das entidades cedentes são direta ou indiretamente detidas pela mesma pessoa (Allianz Partners SAS) e não são emitidas quaisquer acções para o respetivo acionista único das entidades cedentes, não é necessário um relatório de fusão para os acionistas nos termos do § 8 (3) frase 1 e 3 n.º 1 (a) e (b) e n.º 2 UmwG em conjunto com Secção 309 (6) frase 1 e 2 em conjunto com a Secção 307 (3) nº 2 (b) e (c) UmwG e artigos 53.1 e 56.1 RDL 5/2023 em relação ao artigo 53.1.2º RDL 5/2023. Além disso, ao abrigo da legislação espanhola, não é necessário um relatório de fusão nos termos do artigo 9.º do RDL 5/2023, uma vez que o respetivo acionista único das Entidades cedentes aprovará a Fusão por unanimidade (artigo 9.1 do RDL 5/2023).
- 5.2 Foi elaborado um relatório de fusão para os trabalhadores em conformidade com a Secção 309 (1), (2), (3) e (5) UmwG e artigos 5, 9.2 e 85 RDL 5/2023. O relatório de fusão para os trabalhadores será disponibilizado aos representantes dos trabalhadores na entidade beneficiária e aos trabalhadores da entidade beneficiária que não são representados por quaisquer representantes dos trabalhadores, bem como aos representantes dos trabalhadores (*consejos de empresa* e *delegados de pessoal*) da Multiasistencia e aos trabalhadores da NMAN e da SCM (a GM não tem trabalhadores). *pessoal*) da Multiasistencia e aos trabalhadores da NMAN e da SCM (a GM não tem quaisquer trabalhadores) e ao *comité social e económico* da Multiasistencia France (uma vez que esta entidade será fundida na Multiasistencia antes da conclusão da concentração), juntamente com um projeto do presente projeto de concentração em conformidade com

com o § 310 (1) UmwG, pelo menos seis semanas antes da aprovação prevista da fusão pelo respetivo acionista único das entidades cedentes e da entidade beneficiária.

6. DATA DE PRODUÇÃO DE EFEITOS DA FUSÃO; DATA DO BALANÇO DA FUSÃO; AVALIAÇÃO DOS ELEMENTOS DO ACTIVO E DO PASSIVO TRANSFERIDOS

- 6.1. A aquisição dos activos das entidades cedentes pela entidade beneficiária terá após a inscrição da fusão no registo comercial alemão, ou seja, na data de conclusão. No entanto, os activos, passivos, acções e transacções serão registados nos livros da Entidade recetora com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025, às 00:00 horas (data efectiva da fusão na aceção do artigo 307 (2) n.º 6 UmwG, artigo 40.6º RDL 5/2023 e regra contabilística e de avaliação n.º 21 do Regulamento Geral de Contabilidade espanhol (Real Decreto n.º 1514/2007 de 16 de novembro de 2007)). A partir desta data, todos os actos e operações das Entidades cedentes serão considerados internamente como actos realizados por conta da Entidade recetora.
- 6.2. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais na Alemanha é 31 de dezembro de 2024, 24:00 horas. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais em Espanha é 1 de janeiro de 2025, às 00:00 horas.
- 6.3. A data dos balanços da entidade beneficiária e das entidades cedentes, que serão utilizados como balanços de fusão para determinar as condições da fusão, é 31 de dezembro de 2024 (§ 307 (2) n.º 12 UmwG e artigos 40.8º e 43 RDL 5/2023).
- 6.4. Do mesmo modo, em conformidade com o disposto no artigo 44.o do RDL 5/2023, declara-se que a SCM, a GM e a Multiasistencia são obrigadas a submeter as suas contas anuais à verificação de um auditor e, por conseguinte, os seus balanços de fusão serão verificados pelo auditor correspondente, enquanto a NMAN não é obrigada a submeter as suas contas à verificação de um auditor, uma vez que não é obrigada a proceder à sua auditoria.
- 6.5. Para a transferência, os activos e passivos das Entidades cedentes são avaliados pelo valor contabilístico, Secção 307 (2) n.º 11 UmwG. Para efeitos dos artigos 40.7º, 53.1 e 56.1 RDL 5/2023 em relação ao 53.1.1º RDL 5/2023, ao abrigo da legislação espanhola não é necessário incluir no Plano de Fusão informações relativas à avaliação dos activos e passivos das Entidades cedentes que serão transferidos para a Entidade recetora.

7. EFEITOS ESPERADOS SOBRE O EMPREGO NAS EMPRESAS ENVOLVIDAS NO PROJECTO FUSÃO (§ 307 (2) n.º 4 UmwG e artigo 4.1.7º RDL 5/2023)

Logo que possível após a conclusão da fusão, a entidade beneficiária será objeto de uma fusão com a Allianz Partners Deutschland GmbH (a fusão subsequente, tal como definida no preâmbulo (C) supra). A intenção das partes é que a fusão e a fusão subsequente sejam concluídas

na mesma data. Por conseguinte, por uma questão de transparência, as explicações que se seguem descrevem os efeitos previstos da fusão e da fusão subsequente. Deve, contudo, que a fusão subsequente é, do ponto de vista jurídico, uma fusão distinta da fusão.

7.1. Efeitos sobre os trabalhadores das Entidades que Transferem

Em 28 de fevereiro de 2025, a NMAN tinha 13 trabalhadores empregados em Espanha. A SCM tinha 67 trabalhadores empregados em Espanha em 28 de fevereiro de 2025. A GM não tem trabalhadores. A Multiasistencia tinha 891 trabalhadores empregados em Espanha em 28 de fevereiro de 2025 (em resultado da fusão anterior, prevê-se que todos trabalhadores da Multiasistencia France, que em 28 de fevereiro de 2025 eram 39, sejam afectados à sucursal francesa da Multiasistencia). Prevê-se que o número de trabalhadores não se altere significativamente na altura em que a fusão se tornar efectiva.

De acordo com o artigo 4.1.7º do RDL 5/2023 e o artigo 44.1 da Lei do Trabalho espanhola (*Estatuto de los Trabajadores*) e o artigo L. 1224-1 do Código do Trabalho francês, a Fusão resultará na transferência de todos os direitos e obrigações dos trabalhadores de cada uma das Entidades cedentes para a Entidade recetora por meio de sucessão universal. Quando a fusão se tornar efectiva, todas as relações de trabalho de cada uma das entidades cedentes, com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a entidade beneficiária e atribuídas às respectivas sucursais da entidade beneficiária. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se inalterados aos trabalhadores transferidos, sujeitos à regulamentação aplicável. O mesmo se aplica ao local de trabalho. Até à data, não estão previstos quaisquer despedimentos de pessoal ou alterações das condições de trabalho em resultado da fusão. No que diz respeito às convenções colectivas de trabalho aplicáveis nas entidades cedentes, as disposições do artigo 44.4 da Lei do Trabalho espanhola aplicar-se-ão trabalhadores das entidades cedentes, com excepção dos trabalhadores que serão afectados à sucursal francesa da Multiasistencia em resultado fusão prévia. No que diz respeito às convenções colectivas de trabalho aplicáveis à sucursal francesa da Multiasistencia, as disposições dos artigos L. 2261-14 e seguintes serão aplicáveis aos trabalhadores afectos a essa sucursal. Os compromissos unilaterais e os costumes da sucursal francesa da Multiasistencia serão transferidos para a entidade beneficiária. Consequentemente, salvo acordo em contrário através de um acordo de empresa entre a entidade beneficiária e os representantes dos trabalhadores das entidades cedentes após a sucessão, as relações de trabalho dos trabalhadores das entidades cedentes continuarão a ser regidas pelas convenções colectivas de trabalho em vigor à data da transferência nas entidades cedentes. Nas Entidades cedentes, com excepção da sucursal francesa da Multiasistencia, esta aplicação manter-se-á até à data de expiração das convenções colectivas originais aplicáveis nas Entidades cedentes ou até à entrada em vigor de uma nova convenção colectiva aplicável nas Entidades cedentes após a fusão. Na sucursal francesa da Multiasistencia, os trabalhadores beneficiarão das convenções colectivas de trabalho da sucursal francesa da entidade beneficiária ou, se lhes for mais vantajoso, das disposições do

qualquer convenção colectiva de trabalho anterior, dentro dos limites fixados pela regulamentação francesa. A entidade beneficiária será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo pagamentos em atraso, decorrentes das relações laborais transferidas a partir momento da transferência da atividade (ou seja, o momento em que a fusão produz efeitos), nos termos dos artigos 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 1 da UmwG e do artigo 44.º, n.º 1, da lei laboral espanhola. As entidades cedentes deixam de ser responsáveis, uma vez que deixam de existir, nos termos dos §§ 305 (2) frase 1, 20 (1) n.º 2 UmwG e artigo 34.2 RDL 5/2023. A Entidade Recetora continuará com as actividades das Entidades Cedentes com os trabalhadores afectados a cada uma dessas actividades nas suas sucursais em Espanha e em França (ou seja, a sucursal espanhola da Entidade Recetora e a sucursal francesa da Entidade Recetora).

Uma vez que os trabalhadores das Entidades cedentes passarão a ser trabalhadores da Entidade recetora após a conclusão da Fusão, as consequências da Fusão subsequente para os trabalhadores da Entidade recetora (conforme descrito na Secção 7.2 abaixo) também se aplicam aos trabalhadores das Entidades cedentes quando a Fusão subsequente se tornar efectiva.

As actividades comerciais de cada uma das entidades transferidoras não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade de qualquer das entidades transferidoras será alterada ou restringida em termos organizacionais no decurso da fusão. O local de trabalho dos trabalhadores das entidades cedentes manter-se-á inalterado e estas continuarão a exercer as suas actividades da mesma forma que antes fusão. O mesmo se aplicará à fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá as actividades das entidades cedentes e, após a conclusão da fusão subsequente, as actividades da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a cada uma destas actividades nas sucursais APD relevantes.

7.2. Efeitos sobre os empregados da Entidade Recetora

A entidade beneficiária empregava um número total de 3.413 trabalhadores, dos quais 327 na Alemanha, em 28 de fevereiro de 2025. Espera-se que o número de trabalhadores na Alemanha não se altere significativamente na altura em que a Fusão se tornar efectiva. Não existe uma comissão de trabalhadores local na entidade recetora para os trabalhadores atualmente empregados na entidade recetora na Alemanha. Existem conselhos de empresa locais e outros representantes dos trabalhadores a nível das sucursais da entidade beneficiária em França, Itália, Espanha e Portugal. O *comité social e económico* da "AWP France", existente a nível da sucursal da entidade recetora em França, passará a ser responsável pelos trabalhadores da sucursal francesa da Multiasistencia no seu âmbito, em resultado da fusão. Para além disso, os conselhos de empresa locais e outros representantes dos trabalhadores serão afectados pela fusão. Estes representantes locais dos trabalhadores continuarão a existir na Allianz Partners Deutschland GmbH após a fusão subsequente. O conselho de empresa do grupo (*Konzernbetriebsrat*) existente na Allianz SE continuará a ser competente nos termos das disposições da lei alemã relativa à constituição de empresas ("**BetrVG**"). Quaisquer acordos de trabalho a nível do grupo em vigor na entidade beneficiária continuam a ser aplicáveis após a

Fusão e a fusão subsequente. As entidades contribuidoras e a entidade beneficiária não são membros de uma associação de empregadores na Alemanha. As convenções colectivas de trabalho alemãs (*Tarifverträge*) não se aplicam diretamente antes da implementação da Fusão e tal não se alterará devido à Fusão e à Fusão Subsequente.

Não há despedimentos de pessoal nem alterações de condições planeadas até à data como resultado da fusão. As actividades comerciais da entidade recetora não serão alteradas devido à fusão. Nenhuma atividade ou parte da atividade da entidade beneficiária será alterada ou restringida em termos organizacionais em resultado da fusão. O mesmo se aplicará à fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH prosseguirá a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectados a esta atividade nas respectivas sucursais.

De acordo com as respectivas leis locais, a fusão subsequente resultará na transferência de todos os direitos e obrigações decorrentes das relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária (incluindo os relativos às suas sucursais) para a Allianz Partners Deutschland GmbH e na sua atribuição à respectiva sucursal. Quando a fusão subsequente se tornar efectiva, todas as relações laborais da entidade beneficiária (incluindo as relativas às suas sucursais), com todos os direitos e obrigações, serão automaticamente transferidas para a Allianz Partners Deutschland GmbH e atribuídas à respectiva sucursal. As disposições contratuais individuais, bem como outros acordos empresariais, compromissos, regulamentos e direitos adquiridos continuarão a aplicar-se inalterados para os trabalhadores transferidos, sujeitos à regulamentação aplicável. Após a fusão subsequente, quaisquer acordos de empresa da Allianz Partners Deutschland GmbH celebrados com o conselho geral de empresa (*Gesamtbetriebsrat*) da Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito das suas responsabilidades nos termos do § 50 (1) da BetrVG aplicar-se-ão aos trabalhadores da entidade beneficiária empregados na Alemanha. Tal não se aplica se esse acordo de empresa se limitar a determinadas operações comerciais da Allianz Partners Deutschland GmbH ou se forem aplicáveis disposições colectivas ou individuais superiores. Quaisquer acordos de trabalho locais aplicáveis à Allianz Partners Deutschland GmbH na Alemanha não serão aplicáveis às relações laborais dos trabalhadores da entidade beneficiária após a fusão subsequente. A Allianz Partners Deutschland GmbH será responsável, sem limitações, por todas as responsabilidades, incluindo os salários em atraso, decorrentes das relações de trabalho transferidas a partir do momento em que a fusão subsequente se tornar efectiva. A partir desse momento, a entidade beneficiária deixará de ser responsável, uma vez que deixará de existir. Após a conclusão da fusão subsequente, a Allianz Partners Deutschland GmbH continuará a atividade da entidade beneficiária com os trabalhadores afectos a esta atividade nas respectivas sucursais. De acordo com a legislação aplicável, nem as Entidades que Transferem nem a Entidade Recetora têm um conselho de supervisão. A Allianz Partners Deutschland GmbH está a criar um conselho de supervisão, que será composto por um terço de representantes dos trabalhadores.

A fusão também não tem efeitos sobre os trabalhadores de outras entidades que serão transferidas para a entidade beneficiária no âmbito de fusões transfronteiriças de outras jurisdições que serão implementadas em paralelo e que podem tornar-se efectivas antes ou depois da fusão; o mesmo se aplica aos trabalhadores da outra filial da entidade beneficiária, a AWP Brokers & O mesmo se aplica aos trabalhadores da outra filial da entidade beneficiária, a AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), bem como aos trabalhadores da Sigma Reparaciones e da PROMultiTRAVAUX (esta última empresa não tem trabalhadores), que são detidas a 100% pela Multiasistencia e que é a única empresa das entidades cedentes que tem filiais. Por último, não estão previstas quaisquer medidas de redução de pessoal, alterações operacionais, transferências ou reestruturações no âmbito da fusão. No entanto, como outras fusões transfronteiriças podem tornar-se efectivas antes da fusão, estas podem ter um impacto no número de trabalhadores da entidade beneficiária empregados fora da Alemanha no momento em que a fusão se tornar efectiva. Os efeitos da fusão subsequente acima descritos também se aplicam aos trabalhadores que se tornam trabalhadores da entidade beneficiária no âmbito de outras fusões transfronteiriças.

7.3. Efeitos sobre as pensões da empresa e os direitos à pensão da empresa (§ 307 (2) nº 16 UmwG)

As pensões da empresa e os direitos às pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária não serão afectados pela fusão e os trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pelas entidades cedentes não serão elegíveis para essas pensões da empresa da entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas a pensões da empresa e direitos conexos a pensões da empresa dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados por qualquer das entidades cedentes serão transferidas para a entidade beneficiária.

Todas as obrigações relativas a pensões da empresa e direitos conexos a pensões da empresa e benefícios conexos dos trabalhadores empregados ou anteriormente empregados pela entidade beneficiária serão subsequentemente transferidos para a Allianz Partners Deutschland GmbH no âmbito da fusão subsequente.

8. **NENHUMA NEGOCIAÇÃO SOBRE UM ACORDO DE CO-DETERMINAÇÃO (Secção 307 (2) no 10 UmwG e artigo 84.º do RDL 5/2023)**

Uma vez que a entidade beneficiária foi constituída ao abrigo do direito alemão, aplicar-se-iam as regras legais alemãs relativas à (futura) co-determinação. Contudo, a fusão não exige um procedimento de negociação sobre uma (futura) co-determinação dos trabalhadores na entidade beneficiária.

Nem as Entidades que Transferem nem a Entidade Recetora têm um conselho de supervisão co-determinado ou estão sujeitas a quaisquer regras de co-determinação aplicáveis. Tal como descrito na Secção 7.2, a entidade beneficiária empregava 327 trabalhadores na Alemanha em 28 de fevereiro de 2025 e espera-se que continue a ter aproximadamente 327 trabalhadores na Alemanha após a conclusão das transacções,

uma vez que todos os outros trabalhadores, bem como os trabalhadores transferidos ao abrigo de fusões transfronteiriças implementadas paralelamente na entidade beneficiária, serão empregados em sucursais fora da Alemanha; o mesmo se aplica aos trabalhadores da outra filial da entidade beneficiária, a AWP Brokers & Services Hellas SA (Grécia), bem como aos trabalhadores da Sigma Reparaciones e da PROMultiTRAVAUX, que são detidas a 100% pela Multiasistencia e são a única empresa das entidades cedentes que tem filiais. Por conseguinte, os pré-requisitos da Secção 5 da lei alemã sobre a co-determinação dos trabalhadores em fusões transfronteiriças ("MgVG") não são cumpridos. Além disso, o regulamento espanhol relativo à participação/co-determinação dos trabalhadores no caso de uma fusão transfronteiriça não se aplica, uma vez que a entidade beneficiária está domiciliada na Alemanha. Consequentemente, não é necessária qualquer declaração sobre os procedimentos de negociação nos termos do § 307 (2) n.º 10 da UmwG e do artigo 84.º do RDL 5/2023.

9. NÃO CONCESSÃO DE DIREITOS ESPECIAIS OU VANTAGENS ESPECIAIS

- 9.1. A entidade beneficiária não concede aos respectivos acionistas únicos das sociedades envolvidas na fusão nem aos titulares de valores mobiliários que não sejam acções da sociedade quaisquer direitos na aceção do § 307 (2) n.º 7 da UmwG ou do artigo 4.1.3º do RDL 5/2023 e não são propostas quaisquer medidas na aceção destas disposições.
- 9.2. Não foram ou serão concedidos quaisquer benefícios especiais na aceção do § 307 (2) n.º 8 da UmwG e do artigo 4.1.5º do RDL 5/2023 a quaisquer membros dos órgãos de administração, gestão, supervisão ou controlo de qualquer uma das Entidades cedentes ou da Entidade beneficiária.
- 9.3. Para efeitos do artigo 40.4º do RDL 5/2023, verifica-se que não existem contribuições laborais (*aportaciones de industria*) nem contribuições acessórias (*prestaciones accesorias*) em nenhuma das Entidades cedentes. Por conseguinte, não será oferecida qualquer compensação a este respeito.

10. ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

A escritura de fundação e os estatutos da entidade beneficiária são anexados ao presente projeto de fusão como **anexo 10**, nos termos do § 307 (2) n.º 9 da UmwG, e fazem parte integrante do projeto de fusão. Os estatutos da entidade beneficiária não serão alterados em consequência da fusão e continuarão a ser os mesmos que constam do **anexo 10** após a conclusão da fusão.

11. COLATERAL OFERECIDO A CREDORES (§ 307 (2) n.º 14 UmwG e artigo 4.1.4 º RDL 5/2023)

- 11.1. Não foi oferecida qualquer garantia aos credores no âmbito da fusão, uma vez que, na opinião dos membros dos órgãos de direção das partes, os requisitos para exigir uma garantia não se aplicam a quaisquer credores das entidades cedentes com base na sólida situação financeira das mesmas.

situação, solvência e liquidez da entidade beneficiária. Os eventuais direitos legais dos credores de cada uma das entidades cedentes de exigir garantias não são afectados.

- 11.2. Para efeitos do artigo 4.1.4º do RDL 5/2023, é de notar que, em consequência da Fusão, todos os passivos das Entidades cedentes serão transferidos, por força da lei, para a Entidade beneficiária. Os credores das Entidades cedentes terão o direito de executar os seus créditos contra a Entidade recetora nos mesmos termos e condições que antes da Fusão, com a única diferença de que, após a efetivação da Fusão, o seu devedor será uma entidade jurídica constituída e domiciliada na Alemanha.

12. CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL

Para efeitos do artigo 40.9º do RDL 5/2023, os certificados emitidos pela *Agência Estatal de Administração Tributária* de Espanha (*Agencia Estatal de Administración Tributaria*) e pela *Tesouraria Geral* da Segurança Social de Espanha (*Tesorería General de la Seguridad Social*) que certificam que as Entidades cedentes estão em dia com as suas obrigações fiscais e de segurança social são anexados ao presente documento como **Anexo 12**.

13. REGIME FISCAL

- 13.1. A fusão será realizada ao abrigo do regime especial de neutralidade fiscal previsto no Capítulo VII do Título VII da Lei espanhola n.º 27/2014, de 27 de novembro, do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, e uma vez executada será comunicada às autoridades fiscais espanholas em conformidade com o artigo 89.1 da referida lei.
- 13.2. Para o efeito, os membros dos órgãos de direção das partes declaram que existem razões económicas válidas para a realização da fusão, que são indicadas no preâmbulo (B) do presente projeto de fusão.
- 13.3. A data de transferência e aquisição para efeitos fiscais franceses é a data de abertura do primeiro exercício financeiro da sucursal francesa da Multiasistencia (ainda não conhecida à data do presente documento).
- 13.4. Do ponto de vista fiscal francês, os activos e passivos que serão afectados, após esta fusão, à sucursal francesa da entidade beneficiária serão avaliados pelo mesmo valor utilizado na fusão anterior (ou seja, o seu valor contabilístico à data de abertura da sucursal francesa da Multiasistencia).
- 13.5. A Entidade Recetora declara que (i) a sua sucursal francesa está sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas em França e (ii) todos os activos e passivos que serão afectados, após a Fusão Anterior, à sucursal francesa da Multiasistencia, serão transferidos e afectados, após esta Fusão, à sucursal francesa da Entidade Recetora.

13.6. De acordo com o artigo 210 A do Código Fiscal Francês que prevê um regime neutro em termos fiscais para as fusões, a Entidade Recetora (actuando através da Sucursal Francesa da Entidade Recetora) compromete-se a, quando relevante:

- (i) em conformidade com o artigo 210 A-3a do Código Fiscal francês, retoma no seu passivo, por um lado, as provisões sujeitas a uma tributação diferida ao nível da sucursal francesa da Multiasistencia e que não se tornaram sem objeto em resultado da transferência e, por outro lado, a reserva especial para mais-valias a longo prazo sujeitas ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas à taxa reduzida de 10%, 15%, 18%, 19% ou 25%, bem como a reserva contabilizada relativamente às provisões para variações de divisas em conformidade com o sexto parágrafo do artigo 39, 1-5° do Código Fiscal francês;
- (ii) em conformidade com o artigo 210 A-3b do Código Fiscal francês, substitui-se à sucursal francesa da Multiasistencia para recuperar os resultados que possam ter sido objeto de uma tributação diferida;
- (iii) em conformidade com o artigo 210 A-3c do Código Fiscal francês, calcular as mais-valias realizadas posteriormente no momento da venda de quaisquer activos fixos não amortizáveis que lhe tenham sido entregues com base no valor que tinham para efeitos fiscais nas contas da sucursal francesa da Multiasistencia;
- (iv) em conformidade com o artigo 210 A-3d do Código Fiscal francês, adicionar em partes iguais aos seus lucros sujeitos ao imposto sobre as sociedades francês (durante 15 anos para os edifícios, os direitos relativos a esses edifícios, os equipamentos e os acessórios de terrenos amortizáveis durante um período pelo menos igual a 15 anos, e 5 anos nos outros casos), as mais-valias realizadas sobre os bens amortizáveis da sucursal francesa da Multiasistencia. No entanto, a alienação de um bem amortizável implica a tributação imediata da fração da mais-valia relativa a esse bem que eventualmente ainda não tenha sido reintegrada data dessa alienação. Em contrapartida, as amortizações e mais-valias subsequentes são calculadas de acordo com o valor que lhes foi atribuído no momento da entrada (se for caso disso). A partir do exercício fiscal durante o qual a entidade beneficiária deduz do seu rendimento tributável, em aplicação do artigo 39(1)(2°), terceiro travessão do Código Fiscal francês, a depreciação de um fundo de comércio registado nas suas contas, este fundo de comércio é abrangido por esta alínea iv); quando este fundo de comércio não dá origem a uma depreciação deduzida do rendimento tributável, é abrangido pela alínea iii);
- (v) Em conformidade com o artigo 210 A-3e do Código Fiscal francês, registar no seu balanço os elementos que não sejam as imobilizações pelo valor que tinham para efeitos fiscais nas contas da sucursal francesa da Multiasistencia ou, se for caso disso, incluir nos resultados do exercício durante o qual ocorre a presente fusão, o lucro correspondente à

diferença entre o novo valor destes elementos e o valor que tinham, para efeitos fiscais, na contabilidade da sucursal francesa da Multiasistencia.

13.7. A Entidade Recetora (actuando através da sucursal francesa da Entidade Recetora) irá:

- (i) apresentar os documentos referidos no artigo 54.º, n.º 1, do Código Fiscal francês, elaborados de acordo com o modelo fornecido pelas autoridades fiscais francesas; e
- (ii) preencher e colocar à disposição das autoridades fiscais francesas o registo referido no artigo 54.º, n.º 2, do Código Fiscal francês.

13.8. Uma vez que a fusão é realizada com base no valor contabilístico líquido dos activos transferidos, as inscrições no balanço fiscal da sucursal francesa da Multiasistencia relativas a estes activos serão mantidas, conforme o caso, pela entidade beneficiária (agindo através da sucursal francesa da entidade beneficiária), discriminando os valores originais, as amortizações e as provisões que figuram nas contas da sucursal francesa da Multiasistencia, em conformidade com as regras estabelecidas na doutrina administrativa com a referência BOI-IS-FUS-30-20, 15 de abril de 2020, n.º 10.

13.9. A entidade recetora (actuando através da sucursal francesa da entidade recetora) deve:

- (i) anexar às declarações de rendimentos da sucursal francesa da entidade beneficiária as declarações de acompanhamento do valor fiscal referidas no artigo 54º sétimo I do Código Fiscal francês e no artigo 38º quinquies do Anexo III do Código Fiscal francês, elaboradas de acordo com o formulário fornecido pelas autoridades fiscais; e
- (ii) manter à disposição da administração fiscal o registo previsto no artigo 54.º, n.º 2, do Código Fiscal francês.

13.10. A sucursal francesa da Multiasistencia deve:

- (i) anexar à sua declaração de rendimentos do exercício de 2024 o documento referido no artigo 54º sétimo I do Código Fiscal francês e no artigo 38º quinquies do Anexo III do Código Fiscal francês, elaborado em conformidade com o formulário fornecido pelas autoridades fiscais; e
- (ii) anexar à sua última declaração a declaração específica (formulário nº2260) referida no IV do artigo 210- 0 A do Código Fiscal francês, bem como no artigo 46 I-0 ZS ter do Anexo III do Código Fiscal francês.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1. Se qualquer disposição do presente projeto de concentração for ou se tornar inválida, impraticável ou inaplicável, tal não afectará a validade das restantes disposições. Pelo contrário, as partes comprometem-se a substituir a disposição inválida, impraticável ou inaplicável por uma disposição que se aproxime o mais possível, do ponto de vista jurídico, da intenção económica das partes em termos do significado e do objetivo da disposição inválida, impraticável ou inaplicável. O mesmo se aplica a eventuais lacunas.
- 14.2. As alterações ou aditamentos a este projeto de fusão carecem de reconhecimento notarial (§ 307 (4) UmwG).
- 14.3. O local exclusivo de cumprimento e jurisdição para todas as reivindicações decorrentes ou relacionadas com este projeto de fusão é - na medida em que tal seja legalmente permitido - Munique, Alemanha. Cada uma das empresas envolvidas na fusão cumprirá igualmente as disposições e formalidades da legislação nacional que lhe é aplicável.

[*Páginas de assinatura*]

ANEXO 3
CALENDÁRIO INDICATIVO DA FUSÃO

O calendário indicativo e não vinculativo da operação de concentração é, na opinião das partes, o seguinte

Calendário indicativo da fusão	
Data prevista	Evento
Final de março de 2025	Elaboração das contas anuais, incluindo os balanços de fusão das entidades cedentes e da entidade beneficiária.
Entre 7 e 11 abril de 2025	Aprovação do projeto de fusão e do relatório de fusão membros dos órgãos de direção das entidades cedentes e da entidade beneficiária.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Resoluções dos acionistas únicos de cada Parte que aprovam o plano de fusão e a fusão.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Publicação do acordo de fusão no BORME (Boletim Oficial de Espanha) e num dos jornais de maior circulação da província de Madrid.
Entre 21 de maio e 27 de maio de 2025	Notarização da fusão.
Entre 21 de maio e 4 de junho de 2025	Pedido de escritura pública de fusão e pedido de emissão dos certificados de fusão pelo registo comercial de Madrid.
Entre 21 de maio e 4 de junho de 2025	Registo da fusão no registo comercial de Munique.
julho de 2025	Envio dos certificados de fusão ao registo comercial de Munique pelo registo comercial de Madrid.
agosto de 2025	Inscrição no comercial de Munique.
agosto de 2025	Notificação da data de conclusão pelo registo comercial de Munique ao registo comercial de Madrid.
setembro de 2025	Cancelamento das entidades cedentes pelo registo comercial de Madrid.

ANEXO 10

ACTO CONSTITUTIVO E ESTATUTOS DA ENTIDADE RECEPTORA

Registo de documentos n. [Carimbo: 0264] G/2009

**Estabelecimento de um
sociedade de responsabilidade limitada de alemão
(*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*)**

Neste dia vinte e três de janeiro do ano de dois mil e nove

- 23 de janeiro de 2009 -

compareceu perante mim **o Dr. Thomas Kilian**, candidato a notário, oficialmente nomeado
adjunto do notário

Dr. Tilmann Götte, em Munique,

com escritório em 80333 Munique, Briennerstraße 12/III, na propriedade situada na Königinstraße
28, em 80802 Munique, onde me desloquei a pedido:

1. Katrin Winterhalder, nascida em 19 de abril de 1970,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,
2. Werner Hierl, nascido em 14 de maio de 1959,
com endereço comercial em Munique, Königinstraße 28,

ambos conhecidos pessoalmente, [*aditamento manuscrito*: O Sr. Hierl identificou-se
adicionalmente o seu bilhete de identidade nacional,]

a seguir, actuando em nome da

Allianz Deutschland AG
com sede em Munique, Tribunal Local (*Amtsgericht*) de Munique, registo
tribunal, HRB 158878,

e endereço em 80802 Munique, Königinstraße 28,

como seus titulares de uma procuração geral (*Prokuristen*) com poderes de representação
conjunta.

A pedido das pessoas presentes e em conformidade com as declarações por elas prestadas, reconheço notarialmente o seguinte:

I. Conclusão do acordo

A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, estabelece um

sociedade de responsabilidade limitada de direito alemão (*Gesellschaft mit beschränkter Haftung*
ou "GmbH")

e estabelece os estatutos da sociedade que figuram em anexo à presente escritura. A partir de hoje, considera-se que a sociedade está em fase de constituição.

II. Capital social

O capital social da empresa é de 25.000,00 euros.

É subscrito no montante de EUR 25.000,00 pela Allianz Deutschland AG, Munique, e deve ser imediatamente pago em dinheiro e na íntegra junto da empresa.

III. Diretores executivos

As pessoas a seguir indicadas são nomeadas diretores executivos (*Geschäftsführer*):

1. Dr. Stefan Lütticke, Grasbrunn, nascido a 28 de dezembro de 1968,
2. Dr. Peter Damm, Dachau, nascido em 7 de junho de 1961;

estão autorizados pelos estatutos a representar a sociedade e estão isentos das restrições previstas no artigo 181º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*), em conformidade com o artigo 7º dos estatutos.

IV. Cópias

As cópias autenticadas da presente escritura serão enviadas para:
o acionista, a
empresa,
a administração fiscal, o serviço de retenção na fonte sobre os
rendimentos de investimentos o tribunal de registo.

V. Conselhos do notário

O notário-adjunto informou as partes envolvidas, em particular, sobre o momento e os requisitos para a constituição da GmbH e sobre a sua responsabilidade pessoal por quaisquer actos praticados antes dessa data.

VI. Instalações comerciais

As instalações da empresa estão situadas na Königinstraße 28, em 80802 Munique.

, incluindo o anexo, pelo notário-adjunto, aprovado pelas
partes envolvidas
e assinados de próprio punho:

[em caligrafia: p.p. *[ilegível]*]

p.p. *[ilegível]*]

[Carimbo redondo: DR TILMAN GÖTTE
NOTÁRIO EM MUNIQUE]

[assinatura *ilegível*]
[em letra de forma: Adjunto do Notário].

Estatutos da sociedade

§ 1

Denominação social e sede social

1. A razão social da empresa é:

AZ-Argos 52 Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH.

2. A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2

Objeto social

1. O objeto social da sociedade é a gestão do seu património próprio e de terceiros.
2. A empresa pode investir em empresas na Alemanha e no estrangeiro, também como sócio geral, e gerir as suas actividades.

§ 3

Capital social

1. O capital social da empresa é

de 25.000,00 euros

- por extenso: vinte e cinco mil euros -.

O capital social deve ser imediatamente realizado na íntegra em numerário.

2. A Allianz Deutschland AG, com sede em Munique, compromete-se a efetuar a única entrada (inicial) no capital social da empresa no montante de 25.000,00 euros.

§ 4

Exercício financeiro

O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5

Publicações

Todas as publicações da empresa serão feitas no Diário da República eletrónico (*elektronischer Bundesanzeiger*).

§ 6

Resgate de acções

1. As acções podem ser resgatadas com o consentimento do acionista em causa através de uma resolução dos acionistas adoptada por maioria simples dos votos expressos.
2. A assembleia de acionistas pode deliberar que, em vez da amortização, a acção seja adquirida pela sociedade ou pelos restantes acionistas, na proporção das respectivas participações.

§ 7

Gestão e representação

1. A empresa tem dois ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). A empresa é representada por dois diretores-gerais ou por um diretor-gerente que actua em conjunto com um titular de uma procuração geral (*Prokurist*).
2. Os diretores executivos estão isentos das restrições previstas no artigo 181.º do Código Civil alemão (*Bürgerliches Gesetzbuch*).
3. A direcção é responsável pela nomeação dos titulares de uma procuração geral.

§ 8

Demonstrações financeiras anuais, distribuição de lucros

1. As demonstrações financeiras anuais serão adoptadas e a resolução sobre a afetação dos lucros será aprovada dentro dos prazos previstos na lei.
2. Os acionistas podem decidir, em qualquer altura antes da adopção das demonstrações financeiras anuais após uma revisão conscienciosa, por maioria simples, fazer distribuições antecipadas do lucro anual esperado ou de partes do mesmo. Deve ser respeitado o artigo 30.º da lei alemã sobre as sociedades de responsabilidade limitada (*GmbH-Gesetz*).

§ 9

Aprovação de deliberações dos acionistas e assembleia de acionistas

1. Na medida em que tal seja legalmente permitido, os acionistas aprovarão resoluções sem necessidade de realizar uma assembleia de acionistas. Os votos podem ser expressos sem quaisquer requisitos quanto à forma, mas devem ser expressos por escrito.

A direcção pode exigir que os acionistas lhe apresentem as suas declarações de voto no prazo de uma semana após terem recebido o pedido de voto. Nesse caso, a não apresentação atempada das declarações de voto será considerada como uma não participação na votação.

2. As assembleias gerais de acionistas são convocadas pelos administradores se a lei ou os estatutos o exigirem ou se, por qualquer outro motivo, a convocação se revelar necessária no interesse da sociedade. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As assembleias podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone. Na medida do permitido por lei, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro, por decisão da administração.
3. Cada 50,00 euros do montante principal de uma ação confere um voto.

§ 10

Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, serão suportadas pela sociedade.

[em caligrafia: p.p. [ilegível]]

p.p. [ilegível]]

Certifico que os dados de imagem (cópia) contidos neste ficheiro correspondem à cópia impressa que me foi apresentada (original).

Munique, 5 de fevereiro de 2009

Dr. Tilman Götte
Notário

Registo de documentos n.º [carimbo: H 3764 / 24]

**Certificado nos termos do § 54, n.º 1, frase 2, da lei alemã sobre as sociedades de
responsabilidade limitada (GmbH-Gesetz)**

Eu, Sebastian Herrler, notário público em Munique, certifico que as disposições alteradas dos estatutos abaixo indicados correspondem à deliberação de alteração dos estatutos, escritura deste cartório com data de 23 de julho de 2024, registo de documentos n.º H 3676/24, e que as disposições não alteradas correspondem ao último texto completo dos estatutos que foi apresentado ao Registo Comercial.

Munique, 25 de julho de 2024

[Carimbo redondo:
SEBASTIAN HERRLER
NOTÁRIO EM
MUNIQUE]

[assinatura ilegível]
Sebastian Herrler
Notário Público

Estatutos da sociedade

§ 1 Denominação social, sede social

(1) A razão social da empresa é:

AP Solutions GmbH

(2) A empresa tem a sua sede social em Munique.

§ 2 Objeto social da sociedade

O objeto social da empresa consiste em atuar simultaneamente como holding e como empresa de serviços.

(1) Função de holding e função de serviços partilhados:

a) a aquisição de participações de qualquer tipo e forma em consórcios, empresas ou sociedades, independentemente da sua forma jurídica e do seu objeto social, nomeadamente nos domínios das apólices ou serviços de seguros de assistência, de viagem e de saúde, bem como a gestão e a venda dessas participações;

b) prestação de vários serviços de consultoria, supervisão e outros serviços às empresas do Allianz Partners Group, incluindo a prestação de serviços de outsourcing importantes ou críticos.

(2) Funcionar como uma empresa de serviços para as empresas internas da Allianz, empresas terceiras e consumidores:

a) organização e execução de serviços de assistência de todos os tipos em todo o mundo, nomeadamente assistência em caso de doença, avarias ou outras emergências, bem como a prestação de outros serviços e transacções conexos;

b) a corretagem, o controlo e a adjudicação de serviços de artesãos e serviços similares no domínio da reparação, manutenção, modernização e renovação de , bem como a prestação desses serviços por terceiros;

c) corretagem de seguros e outros contratos relativos a activos, serviços e transacções, nomeadamente através de plataformas.

(3) Para atingir o seu objetivo, a empresa está autorizada a

a) realizar, em geral, todas as operações de natureza operacional, comercial, financeira, direito imobiliário ou de qualquer outra natureza que estejam direta ou indiretamente relacionadas com os objectivos sociais acima referidos ou que contribuam para a sua realização e desenvolvimento;

b) utilizar todos os instrumentos de venda e de comercialização adequados e legalmente admissíveis;

c) estabelecer sucursais na Alemanha e no estrangeiro, adquirir empresas semelhantes e comparáveis e adquirir participações em tais empresas sob qualquer forma permitida por lei.

§ 3 Capital social, acções

(1) O capital social da sociedade é de 824.739,00 euros (oitocentos e vinte e quatro mil setecentos e trinta e nove euros).

(2) O capital social está dividido em 824.739 acções, cada uma com um valor nominal de 1,00 EUR.

§ 4 Duração da sociedade, exercício financeiro

(1) A empresa foi criada por um período indeterminado.

(2) O exercício financeiro é o ano civil.

§ 5 Órgãos sociais da empresa

Os órgãos sociais da empresa são: o conselho de administração (§ 6) e a assembleia de acionistas (§ 7).

§ 6 Gestão e representação

(1) A empresa tem um ou mais diretores-gerais (*Geschäftsführer*). O número de administradores executivos é determinado pela assembleia geral de acionistas. A assembleia geral de acionistas pode nomear um presidente do conselho de administração. Se for nomeado apenas um diretor-geral, este representa sempre apenas a empresa. Se for nomeado mais do que um diretor-geral, a empresa será representada por dois diretores-gerais agindo em conjunto ou por um diretor-geral agindo em conjunto com um detentor de uma procuração geral (*Prokurist*). A disposição anterior aplica-se igualmente aos liquidatários.

(2) Os diretores-gerais são nomeados e destituídos por deliberação dos acionistas.

(3) Em caso de celebração, alteração ou rescisão de contratos de prestação de serviços, a empresa é representada pela assembleia geral.

(4) A assembleia de acionistas elaborará um regulamento interno para o conselho de administração. O regulamento interno pode, *nomeadamente*, o tipo de operações que só podem ser efectuadas com o consentimento prévio da assembleia geral.

§ 7 Assembleias de acionistas e deliberações dos acionistas

- (1) As deliberações dos acionistas serão tomadas nas assembleias de acionistas, que também podem ser realizadas por telefone ou videoconferência, ou fora das assembleias de acionistas - desde que todos os acionistas participem - através de votos expressos por escrito, por telefone ou por meios electrónicos. As assembleias podem ser convocadas sem quaisquer requisitos formais especiais e podem, nomeadamente, ser convocadas verbalmente ou por telefone.
- (2) As deliberações dos acionistas serão adoptadas por maioria simples dos votos expressos, salvo se uma maioria mais elevada for exigida por lei ou pelos presentes estatutos.
- (3) Cada 1 euro do montante principal de uma ação confere um voto.
- (4) A assembleia de acionistas tem quórum se estiverem presentes ou representados na assembleia acionistas que detenham a maioria do capital social da empresa.
- (5) Os acionistas que não possam estar presentes na assembleia podem fazer-se representar por procuração em forma de texto.
- (6) As assembleias de acionistas são convocadas pela administração quando a lei ou os estatutos o exijam ou quando a convocação se revele necessária no interesse da sociedade por qualquer outro motivo, estando cada administrador delegado individualmente autorizado a convocar a assembleia. Devem ainda ser convocadas sempre que um acionista o requeira, indicando o objeto e os motivos da convocação. As reuniões podem ainda ser convocadas verbalmente ou por telefone ou meios electrónicos. Por decisão da administração, as assembleias de acionistas podem ser realizadas em qualquer local na Alemanha ou no estrangeiro.
- (7) As deliberações aprovadas sem requisitos formais especiais serão documentadas para registo; nessa ata devem ser especificados o dia e a forma da aprovação da deliberação, o seu conteúdo e os votos expressos. A ata deve ser assinada pelos acionistas. As deliberações tomadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser aprovadas por escrito. Todas as actas e resoluções aprovadas fora de uma assembleia de acionistas devem ser assinadas utilizando, pelo menos, uma assinatura eletrónica não qualificada (por exemplo, DocuSign ou Namirial). Estes requisitos de forma não se aplicam a resoluções notariais.

§ 8 Demonstrações financeiras anuais

- (1) A direção deve elaborar as demonstrações financeiras anuais (balanço, demonstração de resultados, notas) e, se exigido por lei, o relatório de gestão dentro do prazo legalmente estabelecido e apresentá-los à assembleia de acionistas imediatamente após a sua elaboração para efeitos de adoção. Se as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão (caso seja necessário elaborar um tal relatório) forem auditados por um auditor, os administradores submeterão estes documentos, juntamente com o relatório do auditor, à assembleia de acionistas, sem demora injustificada após a receção do relatório de auditoria do auditor.

(2) A assembleia de acionistas delibera todos os anos, no prazo definido por lei, nomeadamente, sobre a adoção das contas anuais e a aplicação de eventuais lucros ou prejuízos.

§ 9 Publicações

As publicações da Empresa serão efectuadas exclusivamente no *Bundesanzeiger* (Diário da República Federal da *Alemanha*).

§ 10 Divisibilidade

Se alguma das disposições dos presentes estatutos for ou se tornar inválida, no todo ou em parte, tal não afectará a validade das restantes disposições dos mesmos.

O mesmo se aplica quando as disposições individuais são impraticáveis. Para substituir uma disposição inválida ou impraticável ou uma parte inválida ou impraticável de uma disposição, a assembleia de acionistas acordará em disposições válidas ou praticáveis, respetivamente, que reflectam a intenção e o objetivo e, em particular, a substância económica da disposição que deve ser substituída.

§ 11 Disposições finais

As despesas incorridas com a constituição da sociedade junto do notário e do tribunal de registo, incluindo as despesas de publicação, até ao montante de 2.000,00 euros, foram suportadas pela sociedade.

Certifico que os dados de imagem contidos neste ficheiro (cópia) correspondem ao documento em papel (original) que me foi apresentado.

Munique, 25 de julho de 2024

Sebastian Herrler, Notário Público

ANEXO 12
CERTIFICADOS DE REGULARIDADE DAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E DE SEGURANÇA SOCIAL
DAS ENTIDADES CEDENTES

Administração de TORREJÓN DE ARDOZ
CR LOECHES, 58
28850 TORREJON ARD (MADRID) Tel.
913685355

CERTIFICADO

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20251691781

Foi apresentado um pedido de emissão de um certificado que atesta o cumprimento de todas as obrigações fiscais a para efeitos de celebração de contratos com o sector público, em conformidade com as disposições da Lei 9/2017 de 8 de novembro [2017] relativa aos contratos do sector público, por:

Número de identificação fiscal (N.I.F.): **B85017903** NOME DA EMPRESA: **NEOASISTENCIA MANOTERAS SL**
RESIDÊNCIA FISCAL: **CALLE AMERICAS NUM 4 Bloque C-1 28823 COSLADA (MADRID)**

Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria),

CERTIFICA: que, de acordo com os dados na posse desta Agência, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações fiscais em conformidade com o disposto no Art. 74 do Regulamento Geral sobre as acções e procedimentos relativos à administração tributária e à inspeção tributária, bem como sobre o desenvolvimento de regras comuns que regem os procedimentos de aplicação fiscal, conforme implementado pelo *Real Decreto* 1065/2007 de 27 de julho [2007].

Este certificado é emitido a pedido do interessado, tem carácter de confirmação POSITIVA e é válido por um período de seis meses a contar da data da sua emissão; é emitida exclusivamente para os fins acima referidos e não confere quaisquer direitos ou prerrogativas a favor requerente ou de terceiros, não podendo ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de eventuais revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários. Tudo isto, em conformidade com o disposto nas disposições acima referidas.

O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015) pela Agência Estatal de Administração Fiscal em 17 de fevereiro de 2025. A autenticidade pode ser verificada por meio do **Código Seguro Verificación**
MU84HB3YVFW7VMDR em

www.agenciatributaria.gob.es

Aplicação AEAT



Documento assinado eletronicamente (lei 40/2015). A autenticidade pode ser verificada através do **Código Seguro Verificación (MU84HB3YVFW7VMDR)** em www.agenciatributaria.gob.es



CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE SEGURANÇA SOCIAL

O pedido de emissão de um certificado de cumprimento das obrigações de segurança social efectuado pela NEOASISTENCIA MANOTERAS S L, com o número de identificação fiscal (NIF) 0B85017903.

Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)

CERTIFICA: que, de acordo com as informações de que dispõe a Tesouraria Geral da Segurança Social, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações em matéria de segurança social.

A presente certidão tem carácter de confirmação POSITIVA; não dá origem a quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros e não pode ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem pode servir meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de quaisquer revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

Informação obtida em 13 de fevereiro de 2025 16:34:06

REFERÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Código: LBINK-WG4G7-NHJOY-BHMF2-6U4SL-4ZV46 **Data:** 13 de fevereiro de 2025
A autenticidade deste documento pode ser verificada na Repartição Eletrónica da Tesouraria Geral da Segurança Social.

Escritório Eletrónico: <https://sede.seg-social.gob.es>

Página 1 de 1

Sítio Web: www.seg-social.es

Divisão de Grandes Empresas (Unidad de Gestión de Grandes Empresas) MADRID
CL GUZMAN EL BUENO, 139 28003
MADRID (MADRID)
Tel. 915826755

CERTIFICADO

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20251729055

Foi apresentado pedido de emissão de um certificado que atesta o cumprimento de todas as obrigações fiscais por:

Número de identificação fiscal (N.I.F.): **B85944577** DENOMINAÇÃO SOCIAL: **SERVICIOS
COMPARTIDOS MULTIASISTENCIA SL**
RESIDÊNCIA FISCAL: **RONDA PONIENTE (DE) NUM 7 28760 TRES CANTOS (MADRID)**

Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria),

CERTIFICA: que, de acordo com os dados na posse da Agência Tributária, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações fiscais em conformidade com o disposto no Art. 74.1 do Regulamento Geral de Acções e Procedimentos da Administração Tributária e Inspeção Tributária e de Desenvolvimento de Normas Comuns dos Procedimentos de Aplicação Tributária, aprovado pelo *Real Decreto* 1065/2007, de 27 de julho [2007].

O presente certificado é emitido a pedido do interessado; tem carácter de confirmação POSITIVA e é válido por um período de doze meses a contar da data da sua emissão, salvo se as disposições legais específicas que exigem a apresentação do certificado prescreverem um período de validade diferente. A presente certidão é emitida exclusivamente para os fins acima referidos e não confere quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros, não podendo ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de eventuais revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015) pela Agência Estatal de Administração Fiscal em 17 de fevereiro de 2025. A autenticidade pode ser verificada por meio do Código Seguro Verificación
P8FLSPFDQY798NLL
em sede.agenciatributaria.gob.es



O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015). A autenticidade pode ser verificada através do **Código Seguro Verificación (P8FLSPFDQY798NLL)** em sede.agenciatributaria.gob.es

**Tradução de Conveniência em
Inglês**



**CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE
SEGURANÇA SOCIAL**

O pedido de emissão de certificado de cumprimento das obrigações de segurança social foi apresentado por 66870 CESAR HERNANDEZ AGUADO em nome de SERVICIOS COMPARTIDOS MULTIASISTENCIA, S.L., com o número de identificação fiscal (NIF) 0B85944577.

Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)

CERTIFICA: que, de acordo com as informações de que dispõe a Tesouraria Geral da Segurança Social, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações em matéria de segurança social.

A presente certidão tem carácter de confirmação POSITIVA; não dá origem a quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros e não pode ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem pode servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de quaisquer revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

CERTIFICADO

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20251729163

Foi apresentado um pedido de emissão de um certificado que atesta o cumprimento de todas as obrigações fiscais por:

Número de identificação fiscal (N.I.F.): **A83830802** DENOMINAÇÃO SOCIAL: **GRUPO MULTIASISTENCIA SA**
RESIDÊNCIA FISCAL: **RONDA PONIENTE NUM 7 28760 TRES CANTOS (MADRID)**

Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria),

CERTIFICA: que, de acordo com os dados na posse da Agência Tributária, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações fiscais em conformidade com o disposto no Art. 74.1 do Regulamento Geral de Acções e Procedimentos da Administração Tributária e da Inspeção Tributária e de Desenvolvimento de Normas Comuns dos Procedimentos de Aplicação Tributária, aprovado pelo *Real Decreto* 1065/2007, de 27 de julho [2007].

O presente certificado é emitido a pedido do interessado; tem carácter de confirmação POSITIVA e é válido por um período de doze meses a contar da data da sua emissão, salvo se as disposições legais específicas que exigem a apresentação do certificado prescreverem um período de validade diferente. A presente certidão é emitida exclusivamente para os fins acima referidos e não confere quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros, não podendo ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de eventuais revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015) pela Agência Estatal de Administração Fiscal em 17 de fevereiro de 2025. A autenticidade pode ser verificada por meio do Código Seguro
Verificación **MZUHLDPWT9HT7Q4N** **em**
sede.agenciatributaria.gob.es



O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015). A autenticidade pode ser verificada através do **Código Seguro Verificación (MZUHLDPWT9HT7Q4N)** em sede.agenciatributaria.gob.es

Tradução de Conveniência em Inglês



**CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE
SEGURANÇA SOCIAL**

O pedido de emissão de certificado de cumprimento das obrigações de segurança social foi efectuado por 66870 CESAR HERNANDEZ AGUADO em nome de GRUPO MULTIASISTENCIA, S.A., com o número de identificação fiscal (NIF) 0A83830802.

Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)

CERTIFICA: que, de acordo com as informações de que dispõe a Tesouraria Geral da Segurança Social, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações em matéria de segurança social.

A presente certidão tem carácter de confirmação POSITIVA; não dá origem a quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros e não pode ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem pode servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de quaisquer revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

Informação obtida em 19 de março de 2025 11:13:10

REFERÊNCIA DE VERIFICAÇÃO

Código: 6UJ0U-E7GJB-TU0JY-IPDVP-BR6QZ-4ATCC **Data:** 19 de março de 2025

A autenticidade deste documento pode ser verificada na Repartição Eletrónica da Tesouraria Geral da Segurança Social.

Escritório Eletrónico: <https://sede.seg-social.gob.es>

Página 1 de 1

Sítio Web: www.seg-social.es

CERTIFICADO

NÚMERO DE REFERÊNCIA: 20251729122

Foi apresentado um pedido de emissão de um certificado que atesta o cumprimento de todas as obrigações fiscais por:

Número de identificação fiscal (N.I.F.): **A82261553** DENOMINAÇÃO SOCIAL: **MULTIASISTENCIA SA**
RESIDÊNCIA FISCAL: **RONDA PONIENTE NUM 7 28760 TRES CANTOS (MADRID)**

Agência Estatal de Administração Tributária (Agencia Estatal de Administración Tributaria),

CERTIFICA: que, de acordo com os dados na posse da Agência Tributária, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações fiscais em conformidade com o disposto no Art. 74.1 do Regulamento Geral de Acções e Procedimentos da Administração Tributária e da Inspeção Tributária e de Desenvolvimento de Normas Comuns dos Procedimentos de Aplicação Tributária, aprovado pelo *Real Decreto* 1065/2007, de 27 de julho [2007].

O presente certificado é emitido a pedido do interessado; tem carácter de confirmação POSITIVA e é válido por um período de doze meses a contar da data da sua emissão, salvo se as disposições legais específicas que exigem a apresentação do certificado prescreverem um período de validade diferente. A presente certidão é emitida exclusivamente para os fins acima referidos e não confere quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros, não podendo ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de eventuais revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015) pela Agência Estatal de Administração Fiscal em 17 de fevereiro de 2025. A autenticidade pode ser verificada por meio do Código Seguro
Verificación GJPBHPZMUU4FBPV em
sede.agenciatributaria.gob.es



O documento é assinado eletronicamente (lei 40/2015). A autenticidade pode ser verificada através do **Código Seguro Verificación** (GJPBHPZMUU4F8PV) em sede.agenciatributaria.gob.es

Tradução de Conveniência em
Inglês



SECRETARÍA DE ESTADO
DE LA SEGURIDAD SOCIAL
Y PENSIONES



**CERTIFICADO DE CUMPRIMENTO
DAS OBRIGAÇÕES EM MATÉRIA DE
SEGURANÇA SOCIAL**

O pedido de emissão de um certificado de cumprimento das obrigações de segurança social foi apresentado por 66870 CESAR HERNANDEZ AGUADO em nome de MULTIASISTENCIA, S.A., (NIF) 0A82261553.

Tesouraria Geral da Segurança Social (Tesorería General de la Seguridad Social)

CERTIFICA: que, de acordo com as informações de que dispõe a Tesouraria Geral da Segurança Social, o requerente acima referido cumpre as suas obrigações em matéria de segurança social.

A presente certidão tem carácter de confirmação POSITIVA; não dá origem a quaisquer direitos ou prerrogativas a favor do requerente ou de terceiros e não pode ser utilizada para invocar a interrupção ou suspensão de prazos de prescrição ou caducidade, nem pode servir como meio de notificação dos documentos a que potencialmente se refere, sem que o seu conteúdo possa afetar o resultado de quaisquer revisões ou investigações subsequentes; também não prevê qualquer dispensa do cumprimento das obrigações decorrentes de medidas de apreensão previamente notificadas aos seus destinatários.

Informação obtida em 27 de fevereiro de 2025 11:32:44

REFERÊNCIA DE VERIFICAÇÃO
Código: DOZ7Q-TZBY-HDNYJ-CZAEI-ZLFTE-EFK7G **Data:** 27 de fevereiro de 2025
A autenticidade deste documento pode ser verificada na Repartição Eletrónica da Tesouraria Geral da Segurança Social.

Escritório Eletrónico: <https://sede.seg-social.gob.es>

Página 1 de 1

Sítio Web: www.seg-social.es